A VOZ ESCRAVA NOS PROCESSOS-CRIMES: HISTÓRIAS DE ESCRAVOS LADINOS NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA.

Autora: Joice Fernanda de Souza Oliveira

Prof. Orientador: Sidney Chalhoub.

A História é a ciência dos homens no tempo afirmou Marc Bloch em sua obra *Apologia da História*¹, na qual o autor discorre sobre as especificidades da ciência histórica e sobre os desafios do ofício do historiador. Estudar as ações dos homens e as transformações que ocorreram ao longo do tempo com o intuito de compreender o processo histórico é sem dúvida um dos principais objetivos dos estudiosos do passado. Mas para isso os historiadores precisam enfrentar diversos desafios que vão desde a descoberta, a compilação e interpretação dos documentos, até a necessidade de realizar as mais variadas escolhas, como por exemplo, a seleção dos fatos históricos², a escolha do recorte temporal e espacial a ser abordado, etc.

Ainda refletindo sobre a obra de Bloch chegamos ao desafio da escolha das fontes a serem analisadas pelo historiador. Segundo Bloch “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”³, ou seja, ao longo do tempo o homem produz diversas formas de registros a respeito de suas ações, sejam eles documentos escritos, registros iconográficos, sua arte, suas construções, sua cultura material e imaterial, enfim vestígios deixados pelos homens que permitem ao historiador entender uma determinada sociedade num momento histórico preciso.

Para o estudo da sociedade escravista brasileira há grande diversidade de fontes, como por exemplo, os relatos de viajantes, as crônicas, a literatura, a imprensa, a iconografia, e a documentação judicial. Apesar desta diversidade de registros os

¹ Bloch, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

² Como afirma Carr, em sua obra *Que é história*, é o historiador por meio de sua interpretação quem transforma um fato em fato histórico, “Ele (o historiador) tem a dupla tarefa de descobrir os poucos fatos importantes e transforma-los em fatos da história e descartar os muitos fatos insignificantes como não históricos.” Carr, *Que é história*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

³ Bloch, op cit, p. 79.

historiadores precisam enfrentar uma série de obstáculos para localizar e analisar essa documentação, já que a ação do tempo e a falta de medidas que garantissem a preservação dessas fontes fizeram com que parte dela fosse perdida ou deteriorada.

Nestas fontes encontramos análises do sistema escravista brasileiro, descrições do cotidiano das fazendas e da vida urbana, retratos da condição do negro e da relação senhor-escravo, detalhes sobre a política do Império, enfim diversas informações que ajudam o historiador a compreender os fatos e as transformações deste período. No entanto, o historiador, raramente, encontrará registros escritos deixados pelos próprios escravos, registros que transcrevam a “voz” dos cativos, já que estes, em sua maioria, eram analfabetos e eram tidos como “coisa”, propriedades que representavam apenas uma extensão da vontade senhorial.

A historiografia dos anos de 1960 acreditava, em grande parte, que os escravos eram sujeitos passivos da história, seres desprovidos de vontade própria, incapazes de atitudes políticas e indiferentes à sua condição, refletindo esta idéia do “escravo coisa”. Podemos citar como exemplo dessa visão de reificação do escravo Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*⁴, no qual o autor argumenta que o escravo tornou-se *coisa* ao longo da escravidão, um ser desprovido de ações autônomas e totalmente passivo às imposições do sistema escravista.

A idéia da coisificação dos escravos foi criticada e superada nos anos 80, quando teve início uma mudança de paradigma, na historiografia sobre a escravidão brasileira a qual privilegiava, até então, apenas os senhores de escravos como sujeitos históricos. A partir dessa mudança os historiadores dedicaram-se a analisar a figura dos cativos, suas experiências e percepções, observando-os como sujeitos ativos da história, capazes de organizar estratégias cotidianas de resistência à opressão do sistema escravista⁵ e para isso passaram a interpretar os documentos, buscando nas entrelinhas a “voz” dos escravos que foi abafada durante um longo tempo.

⁴ Cardoso, Fernando Henrique, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977.

⁵ Podemos citar historiadores como Robert Slenes, Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, entre outros que se dedicaram ao estudo do escravo como agente ativo da escravidão brasileira.

Ler os documentos com o intuito de explicitar as percepções escravas, interpretá-los buscando demonstrar que foram sujeitos de sua história, que criaram formas de luta e resistência cotidiana, desenvolveram sua própria cultura e conquistaram seus direitos tornou-se, portanto, mais um desafio para os estudiosos do passado, em especial para o historiador social que tem por objeto de estudo as ações dos agentes sociais da história.

É nessa busca por registros que retratem a história dos escravos por uma outra perspectiva que os historiadores se depararam com uma preciosa fonte, os processos crimes. Estes documentos são um dos poucos registros escritos em que a fala do escravo é registrada, mesmo passando pelo “filtro da pena do escrivão”⁶. Ainda como aponta Silvia Lara⁷ em artigo publicado na década de 80 nesses processos crimes encontramos além dos depoimentos dos escravos, a fala dos senhores, dos agregados que viviam nas fazendas e de diversas testemunhas que estavam inseridas no cotidiano da escravidão, o que permite ao historiador uma ampla visão das relações que se estabeleciam neste período.

O trabalho do historiador tem por fundamento a pesquisa empírica e a necessidade de desenvolver um discurso de demonstração e prova e foi a partir da investigação dos processos crimes da escravidão que muitos historiadores desenvolveram suas pesquisas, com o intuito de contestar a idéia do escravo passivo e de demonstrar a existência de um sujeito histórico ativo, capaz de percepções e ações próprias. O trabalho de Maria Helena Machado, *Crime e escravidão*⁸, se insere neste importante momento da historiografia. A autora realiza o estudo da criminalidade escrava no período de 1830-1888, através da análise de processos criminais Machado compreende a “condição escrava em sua mutabilidade histórica.”⁹

O estudo de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*¹⁰ também se insere neste momento da historiografia brasileira, pois o autor faz uma crítica ao que ele denominou de “teoria do escravo coisa”. Demonstra através do estudo do processo de abolição que

⁶ Os depoimentos dos escravos eram registrados pelos escrivões, que transcreviam a fala dos cativos.

⁷ Silvia Lara, Processos crimes: o universo das relações pessoais in Anais do Museu paulista, v.34, 1984.

⁸ Machado, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888 /. - São Paulo: Brasiliense, 1987

⁹ idem, p.9.

¹⁰ Chalhoub, Sidney, Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

os escravos não eram seres passivos - pelo contrário, forjaram uma percepção de sua condição cativa e de todo o sistema escravista no qual estavam inseridos. Chalhoub conta ao leitor histórias de resistência e de organização dos escravos, entre elas a história de Veludo, um comerciante de escravos agredido por um grupo de cativos que organizou o ataque minuciosamente. A descrição do processo crime deste caso demonstra a capacidade de organização dos cativos e uma possível consciência que os mesmos tinham sobre sua capacidade de influenciar seu destino.¹¹

A partir da leitura de alguns desses trabalhos que se debruçam sobre os processos crimes surgiu o interesse de investigá-los pessoalmente, interesse que se aliou à curiosidade e ao anseio de “ouvir” a “voz” do escravo, de observar seus discursos e seus argumentos e compreender suas percepções a respeito do universo no qual estavam inseridos. É neste contexto que surgiu a pesquisa denominada “Ações coletivas dos escravos: vivências ladinas e resistência na escravidão brasileira”. Estudo que tem como objetivo analisar, através da investigação dos processos-crime do Tribunal da Justiça de Campinas (TJC)¹² do período de 1850-1888, as justificativas utilizadas pelos escravos para legitimar suas ações e seus crimes.¹³

Os delitos analisados são homicídios ou lesões corporais graves cometidos por grupos de escravos¹⁴ contra senhores, feitores ou administradores de fazendas. Neste ponto acreditamos ser importante enfatizar a escolha de estudar ações coletivas e não individuais. O intuito maior é observar a maneira como os escravos se articulavam dentro do cativeiro, se organizavam para realizar os crimes, como eram as relações de solidariedade e as percepções comuns entre os cativos.

Nos processos lidos até o momento, é possível observar justificativas comuns dos escravos para seus crimes. Tais como a aplicação de castigos excessivos, negligência do senhor quanto ao fornecimento de comida e de vestuário, proibição aos cativos de terem suas criações e plantações, ou ainda o impedimento destes escravos

¹¹ Apesar de citarmos apenas dois trabalhos neste texto é preciso ressaltar que são muitas as produções que utilizam os processos criminais como fonte.

¹² No Centro de memória da Unicamp (CMU) há um fundo denominado TJC, que contém inúmeros processos produzidos em diversos cartórios cíveis e criminais do período de 1793–1940 (informações obtidas no site www.cmu.unicamp.br). No entanto, os processos estudados ao longo da pesquisa estão microfilmados no Arquivo Edgard Leuenroth, (AEL) no fundo Autos crimes em São Paulo, grupo Autos crimes do Interior.

¹³ Projeto de pesquisa que se iniciou no mês de agosto de 2008, sob a orientação do Prof. Sidney Chalhoub e com bolsa de financiamento SAE/ CNPq.

¹⁴ Por grupo de escravos, considerarei conjuntos de 3 ou mais escravos.

trabalharem em outros serviços fora da fazenda em seus dias de folga, prática comum entre os negros que a faziam com o objetivo de ganhar dinheiro e acumular pecúlio para comprar sua própria alforria ou de algum familiar.

Na noite do dia 11 de março de 1871 os escravos de Joaquim Guedes de Godoi o assassinaram a golpe de enxada e a “bordoadas”. Cerca de 11 dos 44 escravos do senhor estavam envolvidos no crime e ao observar os depoimentos dos diversos escravos interrogados identificamos os possíveis motivos que os levaram a cometer tal delito. Camilo, escravo que dera um golpe de enxada em seu senhor, ao ser perguntado sobre o motivo que levava a ele e seus companheiros a assassinar seu senhor, respondeu que:

“(...) seo Senhor era mau; que não lhes dava licença para criarem nem plantarem, que não lhes dava ceia, sendo que no almoço e jantar era pouca a comida; que só lhes dava por ano uma muda de roupa, e que aos Domingos agora não lhes permitia trabalhar para fora dando-lhes um minguado salário pelos seus serviços(...)”¹⁵

A partir dessa justificativa e de outras analisadas, fica especificada uma série de expectativas por parte dos cativos sobre o que era justo/esperado em troca de seu trabalho, ou seja, que o senhor tinha o dever de garantir condições mínimas de sobrevivência a seus escravos e tinha que respeitar os direitos adquiridos ao longo da escravidão, os chamados direitos costumeiros¹⁶ (direitos como o de comprar sua alforria através do pecúlio, cultivar suas própria roças, etc.) que eram utilizados para fazer frente à superexploração do senhor. Também se percebe uma preocupação em criar justificativas que façam sentido para seus companheiros de cativeiro, para os senhores e para as autoridades que os julgavam, ou seja, fica claro o desejo de se fazer entender, de expor seus descontentamentos e de impor seus direitos.

¹⁵ A referência aos processos estará de acordo com a numeração estabelecida pelo AEL, CSP (crimes de São Paulo) MR 0225 DOC 001.

¹⁶ Para maior estudo sobre os direitos costumeiros adquiridos pelos escravos consultar a obra Cunha, Manuela, Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

Muitos desses crimes de escravos contra senhores chamavam grande atenção da sociedade que vivia o que Célia Azevedo¹⁷ denomina de “medo branco”, ou seja, o medo da população branca de crimes e revoltas escravas. Esses delitos, comumente, eram noticiados pela imprensa, com um tom de indignação e com o possível objetivo de alertar os senhores de escravos do perigo que seus cativos representavam, já que, como é possível observar na notícia publicada no jornal *A gazeta* após a morte do senhor José Guedes Godoi, esses crimes ocorriam com certa frequência:

“**Atentado** – Mais um crime revestido de graves circunstâncias, que ainda estão por se averiguarem detidamente, vem de ser cometido; desta vez, porém, fora da cidade. Por volta das dez horas da noite de 9 do corrente, o conhecido fazendeiro sr. J.Guedes de Godoy, cujo sítio demora 6 léguas, pouco mais ou menos, fora desta povoação,saindo ao terreiro por qualquer motivo, ainda não sabido ao certo, foi violentamente acometido e, de tal modo maltratado de golpes e pancadas, que pelo seu estado de prostração, veio a sucumbir em viagem quando era conduzido para aqui, chegando seu cadáver ante-hontem à noite. Registramos com pesar mais este fato lamentável não só por si mesmo, como também pelo cidadão honrado e geralmente bem quisto com quem se ele deu. Consta que os agressores são pessoas residentes na própria fazenda do ofendido e já foram presos.”¹⁸

Ainda neste processo observamos uma possível organização e premeditação do crime. Ao longo do interrogatório notamos uma grande preocupação das autoridades com a arma do crime, a enxada. Segundo o depoimento de alguns escravos, todos os instrumentos de trabalho eram guardados cuidadosamente pelo senhor, e que naquela noite não sabiam que havia enxada da lavoura com os escravos , como afirma o preto José Guedes:

“Diz que seu senhor era cuidadoso em guardar os instrumentos da lavoura, e que não sabia que havia uma enxada guardada com os escravos”¹⁹

¹⁷ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁸ *A Gazeta de Campinas*, no. 138, 12 de março de 1871, p. 2, AEL ,MR 180.

¹⁹ CSP (crimes de São Paulo) MR 0225 DOC 001.

Em seu depoimento Bernardo Guedes, filho de José Guedes, afirmou que os escravos que compravam enxadas com seu dinheiro costumavam guarda-las dentro da senzala. A partir disso podemos cogitar duas hipóteses: os escravos teriam pegado uma enxada do senhor após o trabalho na lavoura e escondido na senzala, ou algum dos escravos envolvidos no crime teria uma enxada própria guardada na senzala e a entregou para Camilo no momento do crime.²⁰ Acreditamos que nas duas situações, os escravos teriam que planejar e organizar o crime com antecedência, precisariam estabelecer uma série de relações de solidariedade e cumplicidade e provavelmente possuíam percepções comuns do cativo, o que os levou a assassinar seu senhor.

O escravo Jacintho ao ser questionado se sabia de alguma conspiração contra o senhor respondeu:

“Diz que não sabia de conspiração nenhuma até por que era mal visto pelos parceiros. Diz que na noite do crime encontrou com seu senhor que disse que estava indo sondar a senzala, pois desconfiava de Camilo.”²¹

Tal afirmação do preto Jacintho nos faz crer ainda mais, numa possível premeditação do crime, e que talvez o senhor tenha percebido algo de estranho entre os escravos e ficara desconfiado. É interessante observar ainda a rede de relações que se estabeleciam no cativo, se houve alguma organização prévia por parte dos escravos, Jacintho fora excluído, pois como ele mesmo afirma, era mal visto por seus companheiros, ou seja, era excluído das relações de solidariedade e cumplicidade que se estabeleceram entre os escravos envolvidos no crime.

Na análise do discurso e dos argumentos utilizados pelos escravos fica evidente que eles forjaram uma concepção própria do mundo em que viviam, e que ao longo do período escravista se firmou uma espécie de “acordo” entre senhores e escravos, acordo que se sustentava na existência de um equilíbrio na relação senhor-escravo, no qual havia o reconhecimento de certas práticas, direitos e deveres como legítimos para

²⁰ Não fica claro ao longo do processo qual dos escravos teria entregado a enxada para Camilo no momento do crime.

²¹ CSP (crimes de São Paulo) MR 0225 DOC 001.

ambas as partes. No entanto, é preciso ressaltar que apesar desse “acordo”, a violência empregada pelo senhor causava uma assimetria na relação entre senhor e escravos, em que o cativo era submetido ao poder senhorial.

Esta espécie de acordo que se firmou entre senhores e cativos é o que Flavio Gomes, em *História de quilombolas*²², chama de “economia moral da escravidão”, baseado no conceito de economia moral de Thompson. A idéia de Thompson é apresentada em seu artigo intitulado *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*²³, em que o autor discorre sobre os motins ocorridos na Inglaterra do século XVIII os quais, segundo Thompson, originaram-se da ruptura daquilo que era considerado aceitável pela sociedade. Assim, por analogia, é possível pensar uma sociedade escravista brasileira em que as revoltas, fugas e crimes dos escravos ocorriam em resposta a uma espécie de “quebra de acordo” existente entre senhor e escravo.

É interessante observar ainda nessas justificativas as estratégias empreendidas pelos escravos, a astúcia com que desenvolviam seus planos que demonstravam o aprendizado e a percepção deles do universo em que estavam inseridos. Ao ler os processos crimes surgem várias questões a respeito destas ações escravas, por exemplo, como eram organizadas e desenvolvidas as ações coletivas? Quem eram os escravos participantes dos delitos? Quais as alternativas buscadas pelos escravos antes de chegar ao crime?

A última questão nos remete ao crime ocorrido em 1868, na fazenda da Samambaia de Santo Antonio da senhora Tereza Maria de Jesus Paula, em que os escravos assassinaram o feitor Malaquias. Ao ler os depoimentos dos escravos notamos que eles buscaram uma solução anterior ao crime, procuraram o administrador da fazenda e sua senhora para reclamar dos maus tratos do feitor. Ignorados por ambos, os escravos chegaram ao limite de suas ações, o crime. No depoimento de Epifanio o escrivão registra a reação da senhora diante da reclamação dos escravos de que o administrador não queria afastar o feitor e logo em seguida a reação dos cativos:

²² Gomes, Flavio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²³ Thompson, *Economia moral da multidão inglesa no século XVIII*, in *Costumes em comum ...*

“(...)“o que o administrador fez está bem feito” (afirmou a senhora), e vendo isso decidiram pegar o feitor.”²⁴

Esses crimes normalmente eram enquadrados na Lei de 10 de junho de 1835, que foi criada após a Revolta dos Malês²⁵. Tal lei punia com a morte ou galés perpétuas crimes contra senhores ou seus familiares. Muitas vezes, essa lei era mais um instrumento utilizado pelos escravos, pois é comum encontrarmos escravos que após cometerem os crimes procuravam a justiça para se entregar com o intuito de se livrarem do cativo. Este é o caso dos escravos Epifanio e Camilo dos processos anteriormente citados, pois ambos após cometerem o delito apresentam a intenção de procurar a justiça para se entregar²⁶, provavelmente, como anseio de se livrarem do cativo, mesmo após terem acabado com a figura do opressor que associavam ao feitor e ao senhor.

Isso é muito curioso, pois a ação desses escravos pode demonstrar um total descontentamento e descrédito no possível acordo existente na relação entre senhor e escravos e o desejo de se livrar do cativo era maior que a tolerância destes cativos em relação ao universo em que estavam inseridos, mesmo que para isso precisassem ficar presos longe de suas famílias, como é o caso de Camilo que após ser condenado a galés perpétuas foi afastado de sua mulher²⁷,

Raramente esses escravos eram condenados à pena capital, já que isso significaria um prejuízo para seus senhores e também como argumenta Célia Azevedo²⁸, as autoridades possivelmente perceberam a estratégia dos escravos e os condenavam a voltar ao convívio do senhor, o que poderia representar o pior castigo para esses cativos. Também nesses casos de crimes coletivos, mesmo que vários escravos estivessem envolvidos, normalmente apenas um ou dois eram condenados, já

²⁴ CSP, MR 0217 DOC008.

²⁵ Sobre a revolta dos Malês consultar, João Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a História do levante de Malês em 1835*. edição revista e ampliada. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

²⁶ No caso de Epifanio, ele encontra o filho da senhora no meio do caminho para a delegacia, que o tenta impedi-lo de se entregar, e no caso de Camilo, ele encontrou o Inspetor de quartelão que se dirigia para fazenda após saber do crime, no meio do caminho e disse que estava indo se entregar pelo assassinato de senhor.

²⁷ A pesquisa está apenas no começo, logo muitas das idéias são apenas especulações que poderão se comprovar ou não ao longo do trabalho.

²⁸ Azevedo, op cit. p66.

que a condenação de vários cativos significaria a perda de propriedade privada, por isso, muitas vezes, a família da própria vítima contratava um curador para defender os réus.

Ainda explorando a rica fonte que é o processo criminal, é possível descobrir por meio dos autos de qualificação a origem dos escravos envolvidos nos delitos, já que muitos eram vendidos do nordeste do país para a região de Campinas através do tráfico interno. Em seu artigo “The Brazilian Internal Slave Trade²⁹”, Robert Slenes observa que após a efetiva proibição do tráfico atlântico em 1850, o comércio interno de escravos seguiu as tendências de crescimento ou queda das produções de cana-de-açúcar, no Nordeste, e de café, no Sudeste. Investigaremos a possibilidade de o tráfico interno representar para os cativos mais um motivo para o crime, já que eles se viam arrancados de suas famílias e inseridos em novos cativeiros, com novos companheiros e regras a serem percebidas e dribladas.

Por fim, é importante ressaltar que a escolha dos processos crimes como fonte de estudo nos permite a investigação e a aproximação deste importante personagem da história da escravidão brasileira, que é o escravo, mais especificamente o escravo astuto, esperto, também chamado de escravo ladino³⁰, que aprendeu sobre o universo em que estava inserido, criou suas próprias percepções e conquistou seus direitos através de suas próprias ações.

²⁹ SLENES, Robert. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888” in: JONHSON, Walter [ed.] *The Chattel Principle*.

³⁰ No Dicionário da Língua Portuguesa de 1813, Antonio de Moraes define o escravo ladino, como o oposto ao boçal, era aquele que já sabia a língua e os serviços da casa e que “ao saber se justificar junto a autoridades policiais e judiciárias, os escravos mostravam conhecer não só o cotidiano da escravidão, mas ter também noções do “latim” das autoridades”

REFERÊNCIAS

Fontes:

- Processos-crimes do Tribunal da Justiça de Campinas que se encontram no Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp/ IFCH).
- Código Criminal de 1830 e Código do processo criminal de 1832.
- Jornal A gazeta

Inventário post- mortu Centro de Memória da Unicamp (CMU). Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 3º ofício, caixa 429.

Bibliografia:

AZEVEDO, Elciene. O Orfeu e Carapinha – a trajetória de Luis Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas Editora da Unicamp, 1999.

BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977.

CARR, Que é história. São Paulo, Paz e Terra, 2006

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHINELATTO, Maíra Alvez. Quando falha o controle: escravos que matam senhores, Campinas, 1870

CUNHA, Manuela, Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. São Paulo, editora brasiliense

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOMES, Flavio dos Santos. *Historias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1995.

GRIMBERG, Keila. Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da corte do rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro : 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995.

_____. Processos crimes: o universo das relações pessoais in Anais do Museu paulista, v.34, 1984.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*, São Paulo, editora Brasiliense, 1987.

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Capinas: Unicamp, 1999.

MOTA, Isadora Moura. *O 'vulcão' negro Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*, Campinas, SP, 2005. Dissertação de Mestrado.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832 : rebelião, etnicidade e família*, Campinas, SP, 2005, Dissertação de mestrado.

REIS, João José, Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a História do levante de Malês em 1835*. edição revista e ampliada. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

SLENES, Robert. "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888" in: JONHSON, Walter [ed.] *The Chattel Principle*

THOMPSON, E.P. Economia Moral da multidão in *Costumes em comum*, São Paulo:Companhia das Letras,1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo Hucitec/História Social, USP, 1998.